



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira
Comissão de Justiça e Redação
16ª Legislatura – 2º biênio

APROVADO
DATA 31/07/2020 DISCUSSÃO
PRESIDENTE

Parecer
Projeto de Lei nº 105/2020
Mensagem nº088/2020

Origem: **Poder Executivo**

Autor: **Prefeito Municipal – André Pinto de Afonseca**

Ementa: **“Autoriza o Executivo a abrir Crédito Suplementar no Orçamento vigente na importância de R\$80.464,00 (oitenta mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais). Em regime de urgência urgentíssima”.**

Comissão de Justiça e Redação

Presidente: **Vitor Batista Ralha de Afonseca**

Vice-presidente: **Cristiano Maia Arantes**

Membro: **Ivanilson Venâncio da Silva**

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação avoca relatoria à sua própria consideração, escudando-se no §2º, do art.46, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

I - Da exposição da matéria em exame:

Versa o presente Projeto de Lei sobre autorização para o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 80.464,00 (oitenta mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais), tendo em vista o repasse do Governo Federal, dos recursos destinados ao Enfrentamento da Emergência COVID-19 (Coronavirus), de acordo com a Portaria nº1.857 de 28 de julho de 2020.

O Projeto traz em seu bojo o Detalhamento de Pagamento, a Portaria nº1.857/2020 e a Medida Provisória nº940 de 02 de abril de 2020.

II – Da conclusão do Relator:

A matéria não possui vício de iniciativa, **mostra-se legal e constitucional.**

Os Recursos para fazer face ao presente crédito são advindos do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº1.857 de 28 de julho de 2020 – Programa de saúde na Escola e Medida Provisória nº940, de 02 de abril de 2020 e serão recolhidos na rubrica da Receita, conforme o art.2º do projeto de lei.

Assim, este Relator vota pela **Legalidade e Constitucionalidade** do Projeto de Lei, uma vez que não há vício de tal magnitude.

É como vota o Relator.

III – Da decisão da Comissão:

... Visto e analisado o mencionado Projeto de Lei, notadamente pelo seu aspecto Regimental, Legal, Constitucional, Gramatical e Lógico, bem como a Técnica Legislativa, a Comissão de Justiça e Redação DECIDE:



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Miguel Pereira
Comissão de Justiça e Redação
16ª Legislatura – 2º biênio

- Pela tramitação da matéria.
 - Acompanhar o voto do Relator, pugnando pela aprovação.
- É o parecer.

Câmara Municipal de Miguel Pereira, 31 de agosto de 2020.


Vitor Batista Ralha de Afonseca
Presidente/Relator


Cristiano Maia Arantes
Vice-Presidente


Ivanilson Venâncio da Silva
Membro